

POR UMA TEORIA DAS RUAS: UMA ANÁLISE DE UM MUNDO EM CHAMAS

Guilherme Santana

Doutorando em História Comparada no Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ). Professor da rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

Juan Filipe L. Magalhães

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em História pela mesma instituição. Pós-Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Gestão da Cadeira de Suprimentos e Logística. membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Professor da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro. Bolsista Capes.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo historicizar e teorizar, com base na lente teórica do pensamento político e filosófico libertário, uma série de greves, protestos, revoltas populares e ocupações que compõem em nossa tese um conjunto de acontecimentos ignorados, menosprezados pela academia ao longo da história. Esses movimentos, quando recebem alguma atenção, são tratados de forma isolada, o que dificulta uma análise mais holística, que é o objetivo deste artigo. Os eventos supracitados se sucedem desde a Revolução Industrial e avançam até o nosso cotidiano em diversas partes do globo, o que evidencia a necessidade de compreender a existência de uma teoria das ruas em um momento em que as propostas marxistas de constituir uma teoria para as ruas são amplamente questionadas.

Palavras-Chave: manifestações políticas, ocupações, greves, revoltas, insurgências, teoria das ruas.

Street Theory : An analyze of a World in Flames

Abstract: This article aims to historicize and theorize based on the theoretical lens of libertarian political and philosophical thought, a series of strikes, protests, popular revolts and occupations that make up in our thesis a set of events ignored, despised, delegitimized by academia throughout history. When these movements receive some attention, they are

treated in isolation, what makes the holistic analyze difficult, which is the purpose of this article. The events already commented, which have been happening since the Industrial Revolution and have progressed to our daily lives in different parts of the globe, shows the necessity of understand the existence of street theory, at a time when the marxist proposals to constitute a theory for the streets are widely questioned.

Keywords: political demonstrations, occupations, strikes, uprisings, insurgencies, street theory.

Introdução

Ao longo da história da humanidade, diversos episódios se destacaram por provocar, em diversos momentos, verdadeiras rupturas no sistema político institucional, que sempre privilegiou as elites. Rebeliões, revoltas, insurreições, levantes e outras denominações, que buscam combater as diversas formas de opressão e que subvertem o *status quo*, nos imputam repensá-los a partir de uma perspectiva crítica.

Este artigo faz uma análise de fenômenos sociais e políticos desde o fim do século XIX até o presente momento a partir da ótica filosófica anarquista. Tentaremos aprofundar, a partir dessa perspectiva, alguns conceitos como Estadolatria, Ordem/Desordem, Propaganda pelo fato e Ação direta, para, enfim, levantar a hipótese da existência de uma teoria: a “Teoria das Ruas”, desenvolvida por (Moraes, 2018b) que permeariam cada um desses eventos.

Sobre os conceitos de Estadolatria, Ordem/Desordem e Ação Direta

Diferentes espectros políticos, de conservadores a progressistas, de liberais a intervencionistas, defendem a manutenção do capitalismo, sustentados pela figura institucional do Estado. O Estado possui papel central tanto para Maynard Keynes quanto para Adam Smith, mas com diferentes níveis de intervenção. O primeiro defende que tal intervenção deve ser feita de maneira mais assídua, enquanto o segundo defende uma intercessão moderada. Em sua versão máxima, Karl Marx propõe um modelo de gestão que, apesar de rescindir com o modelo capitalista, não avança de forma imediata e direta em direção a sua extinção, como é proposto pelos libertários. Em suma, preservam a que reforça a Estadolatria, ou seja, a adoração ao Estado Nacional moderno (Moraes, 2018a).

Nossa concepção de Estadalatria é absolutamente diferente da utilizada pelo pensamento ultraliberal que defende o Estado mínimo exclusivamente para garantir a propriedade, o patrimônio e o lucro dos proprietários. Essa concepção não aponta para o fim do Estado, mas apenas para um direcionamento de suas funções, com vistas a garantir o pleno funcionamento da economia capitalista, sem possibilidade de qualquer papel mais generoso para os governados.

Assim, só o pensamento anarquista pode estabelecer a crítica ao Estado enquanto instituição de coerção, de controle, de autoridade, que atenta contra a liberdade dos governados, opondo-se, frontalmente, à tradição da Estadalatria. Nos nossos termos, essa categoria funciona como uma camisa de força, que propõe reflexões teóricas limitadas a uma conformação coercitiva, centralizadora, sem nenhuma esperança de superação da dicotomia que se estabelece entre governantes e governados (Moraes, 2018a: 38-39).

Neste sentido, quando os governados se rebelam são imediatamente acusados de causarem desordem ao sistema político e social vigentes. Constituem-se como uma ameaça ao *establishment* e são imediatamente acusados de provocarem desordem, caos, balburdia, vandalismo ou terrorismo em casos mais extremos (Magalhães, 2017).

Portanto, em nome da suposta retomada da ordem, o Estado apela às suas forças de repressão a fim de garantir sua retomada ao controle sobre as vidas, as mentes e os corpos das pessoas, buscando acabar com o que é chamado de desordem pelo *establishment*. Consideramos importante referendar o que significa Ordem/Desordem para além das perspectivas filosóficas estadolátricas e abarcar a inversão semântica proposta no seio do pensamento anarquista.

Podemos observar, nas palavras de Kropotkin, uma análise social a partir da oposição Ordem/Desordem da seguinte forma:

(...) a ordem é a miséria, a fome, tornadas estado normal da sociedade (...). A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos (...). É o operário reduzido ao estado de máquina. (...) A ordem é uma minoria ínfima, educada nas cátedras governamentais, que se impõe por esta razão à maioria, e que prepara seus filhos mais tarde para ocupar as mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios, pela astúcia, pela corrupção, pela força, pelo massacre.

E a desordem – o que eles chamam de desordem? (...) É a revolta do pensamento às vésperas das revoluções; é a derrubada das hipóteses sancionadas pela imobilidade dos séculos precedentes; é a eclosão de todo um fluxo de novas ideias, de invenções audaciosas, é a solução dos problemas da ciência. (...) A desordem – o que eles denominam desordem – são as épocas durante as quais gerações inteiras mantêm uma luta incessante e se sacrificam para preparar uma existência melhor para a humanidade, livrando-a das servidões do passado. São as épocas durante as quais o gênio popular toma seu livre impulso e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de escravidão antiga, de ser rastejante aviltado na miséria. (...) A

desordem é a eclosão das mais belas paixões e das maiores dedicações, é a epopeia do supremo amor pela humanidade!

A palavra anarquia, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (Kropotkin, 2005: 88-89).

O militante anarquista, filósofo e pensador russo Mikhail Bakunin se posiciona sobre a mesma dicotomia apontando que “na natureza e na sociedade, a ordem sem luta é a morte” (Bakunin, 2008: 132). Grande defensor da liberdade coletiva e construída, podemos interpretar que essa “ordem” social imposta de cima para baixo, ou seja, vindas das instituições do Estado e seus representantes – representam um cerceamento da prática e da filosofia anarquista. A ordem aqui equivale ao pensamento individualista, capitalista e à defesa do Estado.

Já a desordem pode ser entendida como uma busca incessante pela liberdade, sendo essa sempre vinculada à igualdade, como o próprio Bakunin diz:

A liberdade de todos, longe de ser um limite da minha, como sustentam os individualistas, é, ao contrário, sua confirmação, sua realização e sua extensão infinita. Desejar a liberdade e a dignidade humana de todos os Homens, ver e sentir minha liberdade confirmada, sancionada, infinitamente ampliada pelo assentimento de todos, eis a felicidade, o paraíso humano sobre a terra.

Mas essa liberdade só é possível na igualdade. Se há um ser humano mais livre do que eu, torno-me forçosamente seu escravo; se o sou mais que ele, ele não será o meu. Assim, a igualdade é uma condição absolutamente necessária da liberdade (Bakunin, 2008: 77).

Para avançarmos pelo viés de uma é fundamental salientar que existem outras formas de se organizações políticas que transcendem os limites das instituições do Estado e do sistema capitalista. A equiparação entre liberdade e igualdade é um princípio central no pensamento e ação de qualquer forma de atuar no sentido libertário político-filosófico.

Logo, a Ordem/Desordem definidas por Kropotkin e Bakunin questionam e trazem reflexões pautadas na incessante busca em combater o Estado e o capitalismo. Avançando sobre esta dicotomia, (Moraes, 2018b) reforça que

A ordem é a criminalização da luta e da ação direta, tanto dos quilombos como dos insurgentes de 2013, enfim, em todo lugar e em qualquer tempo.

A desordem, bem como o anarquismo, significa o extremo oposto: o incentivo de toda luta, toda ação direta, toda revolta contra a ordem ignóbil.

(...) Trata-se da extrema valorização da insurgência, da luta direta contra as hierarquias, autoridades, desigualdades, explorações, escravidões, sexismos e racismos (Moraes, 2018b: 94).

Em meio a essa construção teórica entendemos que é preciso conceituar algumas táticas que dialogam diretamente com ações e práticas políticas próximas aos ideais libertários ao longo da história. Dentre os postulados teóricos, destacaremos os conceitos de ação direta e da autogestão.

Silvio Gallo (2007) conceitua ação direta como um paradigma anarquista. O autor indaga que

A ação direta anarquista traduz-se principalmente nas atividades de propagandas e educação, destinadas a despertar nas massas a consciência das contradições sociais a que estão submetidas, fazendo com que o desejo e a consciência da necessidade da revolução surjam em cada um dos indivíduos. Pode-se dizer que a principal fonte da ação direta foi o da propaganda, através dos jornais e revistas, assim como da literatura e do teatro (Gallo, 2007: 21).

Ação direta, portanto, trata-se de um conceito e prática ao longo da história que não é exclusiva de quem reivindica a política anarquista, mas que possui relação intrínseca com quem costuma construir tal filosofia política no cotidiano. Nosso intuito é elencar algumas referências teóricas que embasam o conceito, a prática e fatos históricos que demonstram o quanto os eventos de insurgência contemporâneos não são fatos isolados enquanto modo de pensar, agir e reivindicar politicamente.

Segundo Silva,

O conceito de ação direta apareceu por escrito pela primeira vez no Congresso de Amiens (1906): “a ação econômica deve-se exercer diretamente contra o patronato”. O termo, no entanto, já era usado no contexto do movimento sindicalista francês na década de 1890, resumindo-se a “ação industrial”, como “greves, boicotes e sabotagens” (Silva, 2018: 193).

Ainda sobre esse episódio, segundo o sociólogo Gurvitch (1985), especialista no pensamento prodhoniano, a ação direta é concebida como uma recusa ao contato com a burguesia, com os partidos políticos e com o Estado de forma geral. A ação direta estaria assim muito ligada a uma concepção de autonomia muito presente no autor, significando greves e boicotes que construíssem uma revolução.

A respeito dessa história o intelectual nos mostra que

O sindicalismo revolucionário aprova uma carta no Congresso de Amiens (1906). Recusando todo e qualquer contato com a burguesia, com o Estado e até com os partidos políticos, exortando à ação direta, à greve geral e a uma revolução permanente nas fábricas e no país, a carta de Amiens é aprovada por 830 votos a favor e 8 contra. O seu autor chama-se Griffuelhes; secretário geral da CGT foi o maior chefe do sindicalismo revolucionário como movimento real. Os dirigentes do sindicalismo revolucionário retiveram de Proudhon várias ideias, em

especial a de que ‘a oficina fará desaparecer o governo, que a democracia industrial só pode ser instituída pelos próprios operários e, por fim, que, para a realizar é necessário uma ‘ação direta’ termo que eles inventaram, mas que prolonga a estratégia proudhoniana, sem tirar proveito da sua dialética. (Gurvitich, 1985: 65).

Essa atuação permite dar voz a pessoas descrentes com as burocráticas e corruptas vias institucionais que desejam radicalizar sua contestação. Trata-se de um meio de alcançar melhorias de vida por parte dos governados na luta pela libertação plena. Dessa maneira, temos um afastamento do viés político tradicional pautado em representação política para uma atuação mais difundida, que observa suas conquistas como fruto, não de concessão de um político ou partido qualquer, mas sim de sua própria luta, em outras palavras, fruto da sua ação direta.

Sobre o conceito de Autogestão

Além de estabelecermos o conceito e a prática da ação direta, acreditamos que precisamos delimitar a forma de organização que os anarquistas sempre buscaram instaurar ao longo da trajetória política em diversos locais e em diferentes momentos históricos. Segundo o autor Hughes Lenoir, em ambos os casos a lógica apresentada consiste na busca de algum nível de autonomia sobre si próprio por parte do indivíduo (Lenoir; 2017: 54).

O geógrafo Glauco Bruce Rodrigues entende que

O conceito de autogestão pode ser refletido a partir do que alguns autores do campo libertário que observaram empiricamente e interpretaram o pressuposto político, teórico e prático como uma forma de auto-organização que possui a capacidade de exercício de poder onde uma coletividade formula e institui para si suas próprias regras e possui a liberdade para alterá-las sempre que o coletivo julgar necessário, sem atribuir tais construções de leis e regras a estruturas como Deus, o Partido ou o Estado (RODRIGUES, 2012: 264).

A partir da visão do autor Cornelius Castoriadis, Glauco Bruce Rodrigues (2012) reforça que

A autogestão implica a possibilidade de participação direta e igualitária de qualquer membro da sociedade no processo de tomada de decisões (instituição de leis, normas, organização do trabalho, distribuição da riqueza, etc.) (...); prevê também o controle efetivo do processo de tomada de decisões pelos próprios envolvidos, em um ambiente protegido (mas não completamente desprovido) das relações heterônomas que cristalizam hierarquias divisões entre dirigente e

dirigidos (Castoriadis, 1982, apud Rodrigues, 2012: 265).

Moraes (2018a) aprofunda e avança na interpretação de autogestão (ou autogoverno como o próprio escreve) dizendo que

Ao mesmo tempo, os anarquistas acreditam no autogoverno ou autogestão. Se partimos da premissa segundo a qual devemos ser governados, logo entendemos que não temos capacidade de autogoverno. Com esta assertiva, está todo o fundamento da autoridade e da tutela contra a qual os anarquistas lutam. Toda forma de governo será sempre uma imposição de uns sobre outros, atentando contra a liberdade dos governados. Mesmo que o governo tenha boas intenções, ele sempre se sustentará na miragem de que os governados são incapazes de autogovernar-se e/ou necessitam de controle.

No sentido oposto, os anarquistas defendem a livre associação entre os indivíduos para gerirem o produto de seu trabalho e todas as demais questões da sociedade em comunas livres, sem patrão, Estado, ou qualquer forma de opressão. Eles devem constituir-se pela livre associação entre os indivíduos. Ou seja, as pessoas escolhem aquelas com as quais querem associar-se e criar ou manter algum tipo de produção para a sociedade. A junção de diversas comunas comporá a federação. O anarquismo defende os fundamentos do federalismo como forma de organização social. Ademais, o preceito da autodeterminação dos povos é fundamental para a teoria anarquista e viabiliza a superação do capitalismo e suas formas de opressão (Moraes, 2018a: 34).

É importante salientar que enquanto a ação direta é uma tática política – muitas vezes pontual- a autogestão complementa e se relaciona diretamente com tal prática. O oposto à Estadolatria é, portanto, o autogoverno, ou autogestão, em todos os sentidos da vida (Moraes, 2018a: 38-39). Ao refletirmos sobre uma teoria anarquista que busca interpretar os fenômenos sociais, políticos e históricos e empenha-se em construir outra filosofia de organização social, não há como dissertar sobre um conceito de forma isolada em uma análise libertária aprofundada.

A seguir, relacionaremos o conceito de ação direta a alguns já mencionados e suas possíveis interpretações e aplicações ao longo de diversos fenômenos históricos desde o século XIX, passando por todo o século XX até chegar à contemporaneidade.

Ocupações e outros exemplares de Ação Direta ao longo da História

Vale a pena ressaltar que a noção de ação direta não é, de forma alguma, uma novidade. O conjunto de transformações ocorridas no século XVIII e seus desdobramentos no século XIX marcaram intensamente a vida social, política, econômica e intelectual dos trabalhadores. O advento da Revolução Industrial trouxe

consigo a substituição do trabalho artesanal pelo uso das máquinas, baixou o custo da produção, aumentou a produtividade e o desemprego. Enquanto a burguesia concentrava riqueza, o proletariado era submetido a jornadas de 14 ou até 16 horas diárias, trabalho infantil, feminino, sem direitos trabalhistas e com condições insalubres.

Diante desse cenário, é natural o surgimento de alguns movimentos de contestação, como o Ludismo. A constatação de que as máquinas substituiriam os postos de trabalho acarretando desemprego em massa, levou os trabalhadores a quebrarem o maquinário com as próprias mãos em uma estratégia de resistência ao capital e a exploração, formando o que podemos chamar de primeira prática de ação direta contra o capitalismo industrial. Além disso, outras formas de atuação também surgiram, como as greves.

Entendemos que toda reivindicação que se propõe a ocupar – de maneira coletiva e minimamente organizada por meio de pautas específicas ou gerais - espaços públicos, privados, praças e outros locais como forma de contestar a ordem estabelecida pelos governantes são exemplos tácitos de ações diretas.

Procuramos resgatar nesse momento o método e a tática de ocupação como recurso político em diferentes contextos históricos, tais como as ocupações de fábricas na virada do século XIX e XX que lutavam por direitos e condições de trabalho dignas; os sovietes no processo da Revolução Russa e anterior a chegada dos bolcheviques em 1917; as ocupações de prédios, estabelecimentos e locais públicos durante a Guerra Civil Espanhola, na região da Catalunha; ocupações em universidades e fábricas na França ao longo do período conhecido como Maio de 1968; ações diretas no episódio político já citado conhecido como Ação Global dos Povos; ocupações que se tornaram referências revolucionárias contemporâneas na região de Chiapas no México pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e a Revolução Curda¹ que vem ocorrendo com base no Confederalismo Democrático² e que também podemos considerar uma ação direta em termos totais na região.

Podemos acrescentar movimentos ocorridos no Brasil nas primeiras décadas do século XX, como as ocupações das fábricas e das escolas operárias durante as greves

¹ Revolução social iniciada no norte da Síria, na região de Rojava, nos escombros da guerra civil e da expulsão do Estado Islâmico, colocará esta ideia em movimento no seu sentido pleno, mas a sociedade curda vem construindo tais instituições como alternativa à repressão dos Estados-nação desde a década de 1990.

² Administração política não-estatal (...) flexível, multicultural, antimonopolista e orientado pelo consenso. A ecologia e o feminismo são pilares centrais (Öcalan, 2016: 27).

gerais; e temos como exemplo mais recente as ocupações sem-teto na luta por moradia e contra a especulação imobiliária nos centros urbanos brasileiros; as ocupações sem-terra contra o latifúndio; e as recentes ocupações de praças públicas – ocupações estas que, desde a Primavera Árabe, ocorreram em diversos locais do mundo: em alguns países da região do norte da África e em regiões vizinhas a Europa e Ásia; nos Estados Unidos, onde a Ocupação da Praça de Wall Street destacou-se diante de várias outras praças no país e, por fim, o Movimento dos Indignados em Puerta del Sol, em Madri (Espanha) que reivindicava mudanças políticas e sociais.

Vale mencionar a “Revolta dos Pinguins”, movimento de ocupações de escolas no Chile que ocorreu em 2006, protagonizado por secundaristas e que influenciou diretamente todas as mobilizações estudantis do Brasil alguns anos mais tarde (mais precisamente em 2015 e 2016). Como último e ilustrativo exemplo, também no Brasil, outras ocupações em praças como a da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, ao longo do ciclo de manifestações entre 2013 e 2014 que ocorreram em todo o país.

Sobre a tática de ocupações, Castells (2017) reforça que

Frequentemente prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito do uso público de prioridades ociosas, especulativas. Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade na qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915 (na origem da política de habitação pública na Grã-Bretanha), começaram como boicotes aos alugueis contra a especulação na área de moradia. O controle do espaço simboliza o espaço da vida das pessoas (Castells, 2017: 25).

Os exemplos históricos e suas narrativas também servem de referenciais históricos e teóricos fundamentais. Sobre a Comuna de Paris, mobilização do povo sem representantes e ação direta, Kropotkin (2005) diz que

A revolução de 1871 foi um movimento eminentemente popular. Feita pelo próprio povo, nascida, de forma espontânea, no seio das massas, e na grande massa popular que encontrou seus defensores, seus heróis, seus mártires (Kropotkin, 2005: 107).

Sobre a Comuna de Paris, Vassilev (2008) reforça que “o proletariado parisiense de 1871 derrubou não apenas a monarquia, como também a máquina do Estado parlamentar e democrático, e substituiu-as pelo conselho municipal” (Vassilev, 2008: 49).

Bakunin, ao comentar sobre a organização e os fatos políticos referentes a Comuna de Paris, diferencia a ação dos comunistas dos socialistas revolucionários (ou

anarquistas) mostrando que

Os comunistas são partidários do princípio e da prática da autoridade, os socialistas revolucionários só tem confiança na liberdade. Uns e outros igualmente partidários da ciência que deve matar a superstição e substituir a fé, os primeiros desejarão impô-la, os outros esforçar-se-ão para propagá-la a fim de que os grupos humanos, convencidos, organizem-se e federalizem-se espontaneamente, livremente, de baixo para cima, por seu próprio movimento e conforme a seus reais interesses, mas nunca segundo um plano traçado de antemão e imposto “às massas ignorantes” por algumas inteligências superiores (Bakunin, 2008: 117).

Essa passagem de Bakunin dialoga diretamente com a teoria, a prática e o histórico das ações de diversos anarquistas ao longo da história.

A ação de determinados segmentos do anarquismo no final do século XIX, por exemplo, considerava o ideal de que seus atos se converteriam em propaganda em prol do protesto público e da atuação direta de trabalhadores contra seus empregadores considerados exploradores. Os militantes mais radicais chegavam a explodir prédios ou edificações simbólicas e a atentar contra a vida de governantes (Monteiro, 2009: 204).

Eu estou orgulhoso do que fiz. Você não irá tirar de mim uma única palavra de arrependimento. Se eu não tivesse sido preso iria continuar minhas explosões, sem poupar qualquer pessoa ligada à condenação de outros Anarquistas. Eu gostaria de ter explodido a Câmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista.³

Ações diretas e propagandas pelo fato foram orquestradas em várias partes do globo, algumas levaram à morte de alguns governantes considerados opressores e extremamente violentos com seu próprio povo. São exemplos: Antonio Cánovas, primeiro-ministro da Espanha, morto em 1897, e Sadi Carnot, presidente da França, morto em 1894. Em 1898, foi a vez de Isabel, Imperatriz da Áustria, e, em 1900, do rei Rei Humbert, da Itália. Em 1901 o então presidente dos EUA, William McKinley, considerado um símbolo da opressão pelos anarquistas principalmente após assumir o controle das Filipinas e de Porto Rico, acabou fatalmente ferido dentro do Temple of Music na Exposição Panamericana em Nova Iorque pelo anarquista Leon Czolgosz que logo depois foi executado na cadeira elétrica. Após esse episódio, o Congresso encarregou oficialmente o Serviço Secreto da segurança presidencial dificultando outras ações de

3 Reportagem publicada no jornal The New York Times. AN anarchist's confession. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 apr., 1892, p.1.

mesma magnitude. Com a crescente repressão imposta pelos governos, aliada à nova estratégia de aproximação dos sindicatos e trabalhadores, cessa a onda de ações anarquistas de grandes magnitudes na Europa e nos Estados Unidos, mas de forma alguma se encerra o ciclo de ações diretas.

Ainda nos primeiros anos do século XX, o movimento sufragista da Grã-Bretanha atuava na luta pela conquista do voto feminino. Eram promovidos debates, reuniões e cartas publicadas em jornais de grande circulação. Algumas ativistas criticavam a atuação extremamente pacífica entendendo-a como incapaz de perturbar a ordem e modificar o *status quo*. Dessa forma, as integrantes mais radicais se separaram do movimento criando o Women's Social and Political Union (WSPU), também conhecido como Sufragistas posteriormente.

Em seu repertório de ações diretas incluía-se protestos de rua, boicotes a patrões em fábricas, até outros atos contra reuniões de partidos políticos de esquerda que tinham proibido sua participação. Em seus protestos, chegaram a quebrar janelas e vidraças de diversos prédios públicos com martelos e pedras, terminando em confronto com as forças policiais. Toda essa mobilização resultou na conquista do direito feminino ao voto na Grã-Bretanha após a primeira guerra mundial.

Já durante o período da Revolução Russa, ocorreram episódios que são pouco comentados na historiografia clássica como a resistência contra mencheviques e estrangeiros na região da Ucrânia, onde camponeses desapropriaram terras e começaram a fundar comunas autogestionárias, plantando e colhendo, se sustentando de maneira coletivizada e que foram construindo tal forma de sobrevivência para além das ordens de quem detinha o poder no Estado em Moscou. Nas palavras de Nestor Makhno, as ações diretas dos camponeses ucranianos podiam ser entendidas da seguinte forma:

Um anarquismo instintivo transparecia em todas as intenções dos camponeses da Ucrânia naquele momento, exprimindo um ódio não-dissimulado por toda autoridade estatal, acompanhada de uma aspiração a libertar-se dela.

Esta aspiração era muito forte entre os camponeses. Consistia, em substância, em se libertar das instituições da polícia, do juiz enviado por Moscou pela burguesia, e assim por diante (Makhno, 2001 ;21).

Ainda na Rússia, vale citar os soviets como células fundamentais na construção da mobilização da classe operária no período que antecedeu 1917. Na verdade, o conceito de Soviets e a distribuição federalista do poder não deixa de estar, em algum sentido, em consonância com os ideais anarquistas. O grande problema da Revolução Russa não eram

os Sovietes, e sim sua destruição executada por Stalin e a burocracia vermelha em nome de um centralismo estadolátrico. Segundo Vassilev, a ideia dos soviets significava

(...) a ideia de uma organização de uma vida social no sentido de um sistema novo, livre e comunista, com a regulação da produção e da distribuição dos bens na futura sociedade por meio de encontros, reuniões de trabalho, entre os delegados diretos, sempre substituíveis e desprovidos de qualquer poder, das organizações profissionais e dos outros de distribuição; esta ideia nada tem em comum com o caráter próprio dos bolcheviques, sua tendência estatista e seu sistema ditatorial na regulamentação da vida social (Vassilev, 2008: 17).

Mintz (2006) em “O anarquismo social” destaca esse caráter do papel dos sindicatos e da população engajada na região da Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola da década de 1930. Tema este muito importante do ponto de vista social e político, mas pouco analisado pela historiografia que privilegia temas de interesses marxistas. Nas palavras do autor fica claro a noção de ação direta e de autogestão.

Toda a propaganda sublinha táticas utilizadas durante o trabalho: sabotagem, ação direta. A imprensa é escrita por trabalhadores. Inúmeras brochuras explicam a necessidade de derrubar a sociedade atual e construir uma outra desde os alicerces, conhecer a cultura e sua própria sexualidade para controlar a gravidez. O sindicato é simultaneamente um órgão de defesa e a célula de reconstrução de uma nova ordem social fundada no coletivo, de baixo para cima (Mintz, 2006: 67).

Rodrigues (2004) reforça nossa hipótese mostrando o quanto a cidade de Barcelona se transformou nesse período por meio da autogestão e das ações diretas.

Igrejas, prédios, casas, mercados, estabelecimentos comerciais, hotéis e restaurantes foram expropriados pelos trabalhadores para que eles pudessem desenvolver as ações sob sua responsabilidade. As igrejas que não foram destruídas e outros imóveis foram utilizados para inúmeras finalidades, funcionando como armazéns, garagens, cinemas, escolas, enfermarias, creches etc. Casas, prédios e hotéis (geralmente os melhores, mais bem conversados) expropriados tornaram-se sedes das organizações dos trabalhadores, dos comitês, partidos e milícias. Era comum que restaurantes e hotéis fossem transformados em refeitórios coletivos, onde a comida era oferecida de graça a desempregados, crianças e idosos, e vendida aos trabalhadores por preços bem menores que o habitual (Rodrigues, 2004: 278).

Em Paris, nos eventos de 1968, estudantes se uniram contra a política do governo do general De Gaulle. Entre os diversos atos, ocuparam a Universidade de Sorbonne, fato que resultou em centenas de prisões. Por conta disso, as pautas se radicalizaram e os protestos ganharam as ruas em cenários de enfrentamentos entre policiais e ativistas. Trabalhadores decretaram uma greve geral e fábricas automobilísticas da Citroën e da Peugeot também foram ocupadas. Pautado em lemas como “é proibido proibir”, o

movimento é um grande marco de contestação da autoridade de forma geral, exportando a rebelião para os jovens ao redor do mundo em diversos países. Com foco inicialmente na França, esse ano é fundamental na história contemporânea no sentido de influenciar diversos movimentos sociais até a contemporaneidade. Sobre a ocupação da Universidade de Sorbonne nesse período, o relato abaixo do “Conselho pela manutenção das ocupações” é revelador.

Ao entregar a Sorbonne, o governo esperava pacificar a revolta dos estudantes, que já haviam conseguido controlar durante toda uma noite, com suas barricadas, um bairro de Paris, duramente reconquistado pela polícia. Deixava-se a Sorbonne aos estudantes para que discutissem pacificamente seus problemas universitários. Mas os ocupantes decidiram rapidamente abri-la à população para discutir livremente com ela os problemas gerais da sociedade. Era então o esboço de um conselho, em que os próprios estudantes haviam deixado de ser estudantes: eles saíam de sua miséria (Corrêa; Mhereb; 2018, 149).

Nos anos de 1980, temos a consolidação do movimento autonomista na Europa. Um conjunto de teorias descentralizadoras como o anarquismo, comunismo libertário e anarco-comunistas, dentre outras correntes e derivações, caracterizavam-se pela forte oposição à burocracia estatal, objetivando derrubar não apenas o Estado, mas também o capitalismo. Temas como autogestão e cooperação entre indivíduos são pilares centrais nas ideias revolucionárias dos autonomistas que buscam modelos sociais alternativos como forma de superação aos modelos mais autoritários vigentes.

Na manhã de 28 de julho de 1981, em uma ação coordenada envolvendo centenas de policiais, um grande agachamento foi despejado e mais de 30 casas particulares foram invadidas dentro e ao redor da área de Frankfurt. Dezenas foram presos, seis foram acusados de fundar e ser membros de uma "organização criminosa". O nome da organização: “Bloco Schwarzer” (Black Bloc). Aliás, nada veio do próprio julgamento: o caso desmoronou, com as próprias autoridades admitindo que tal organização nunca existiu realmente. As acusações foram abandonadas e a investigação sobre a "organização criminosa" conhecida como o "Bloco Negro" foi encerrada...certamente não foi o fim do "Bloco Negro", ao contrário, ele prospera como uma das formas mais populares de militância anticapitalista em uso hoje.⁴

Já na década de 1990, vale citar a tomada e construção de um estado autônomo na região de Chiapas, no México. O protagonismo desse feito foi do Exército Zapatista de

4 RAHMANI [Sina](https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/) : *Politics and Culture*; From edition [2009 Issue 4](https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/) Disponível em <<https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>>

Libertação Nacional (EZLN) mais exatamente no dia 1º de janeiro de 1994. Hilsenbeck Filho e Spinelli caracterizam da seguinte forma esse momento histórico:

O zapatismo logo se constituiu em força sindical aglutinadora dos descontentes com o neoliberalismo no México, atraindo a simpatia de variados setores e classes. Tentou organizar um projeto comum entre desempregados, camponeses sem terra, movimentos indígenas, setores progressistas da Igreja católica, funcionários do Estado, estudantes, professores, ativistas, sindicatos e trabalhadores da cidade e do campo, cooperativas rurais, pequenos comerciantes e microempresários, todos contrários ao governo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), uma máquina de institucionalização da vida política que ganhava eleições presidenciais desde os anos 30 (Hilsenbeck Filho; Spinelli, 2012: 244).

Os autores ainda complementam dizendo que

(...) o levante extrapolou as fileiras militares zapatistas, resultando em um boom de ocupações de terra no estado por organizações rurais não ligadas diretamente ao EZ. Uma rede de organizações políticas e produtivas (econômicas) atuantes no meio rural apoiou ativa e passivamente a insurreição, na medida em que se apropriaram da lei agrária revolucionária publicada pelo EZLN nos primeiros dias do conflito (Hilsenbeck Filho; Spinelli, 2012: 245-246).

Assim, entendemos o conceito e a prática da ação direta que não abarca apenas o momento do agir coletivo e político, mas conta também com a construção e ressignificação política do local no qual a pauta é mobilizada em determinado tempo histórico. Afunilando o debate sobre os vários movimentos de ocupação que aconteceram no mundo recentemente, vale a contextualização de Peschanski dizendo que

A crítica dos “ocupas” é especialmente apropriada num contexto global em que a taxa de desemprego é crescente e a parcela da população economicamente vulnerável aumenta: de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a taxa global de desemprego atingiu níveis recordes nos últimos três anos. As “ocupas” pelo mundo, em particular os de Wall Street, Nova York, onde os protestos começaram em setembro e chegaram a reunir 15 mil pessoas, definem-se como a “mobilização dos 99%”, isto é, a parcela da população negativamente afetada pela desigualdade econômica (Perchanski, 2012: 28).

Dentre autores que aprofundaram a investigação de tais recentes mobilizações, temos como referenciais teóricos: Manuel Castells (2012) que discorre sobre os movimentos que ocorreram desde a Primavera Árabe até os ocorridos na Europa e Estados Unidos; o antropólogo David Graeber (2015) que analisa e faz uma narrativa sobre o movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos e Wallace de Moraes (2018) que também acrescentará a contextualização teórica e prática sobre ações diretas, quando se propõe a implementação de uma narrativa anarquista do ano de 2013 no Brasil.

Manuel Castells (2017) faz uma narrativa e descrição interessante a respeito dos movimentos que ocorreram na Tunísia, Egito e da chamada Primavera Árabe (entre 2011 e 2012); A “Revolução das Panelas” na Islândia (entre 2008 e 2009); o Movimento dos Indignados na Espanha (2011); o movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos (2011); além de citações de mobilizações que aconteceram em 2013 no Brasil, Chile, México e Turquia.

O uso dos novos meios de comunicação e a questão da falta de representatividade da política institucional são dois dos principais fios condutores que o cientista social espanhol traça em comum com todos os movimentos citados anteriormente classificando-os como “Rede de Esperança e Indignação”, que deu origem ao título do livro de sua autoria.

Castells se utiliza de um conceito importante chamado contrapoder, como veremos abaixo:

Os movimentos sociais exercem o contrapoder, construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede e autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (Castells; 2017, 24).

O Occupy Wall Street foi brilhantemente narrado por Graeber (2015). O antropólogo relata o antes, o durante e o depois do evento que ocorreu em Nova Iorque, em 2011, além de aprofundar a história da democracia nos Estados Unidos e o conceito político propriamente dito. Dentre tantos temas trabalhados pelo autor, a própria ocupação e construção do Occupy são exemplos de ação direta.

Além disso, as reflexões de Graeber será fundamental para ajudar na análise das ocupações escolares através de conceitos e práticas políticas como a construção de consenso no movimento social pautado pela democracia direta, pelo papel que anarquistas desempenharam ao longo da história e a própria ampliação do conceito de democracia para além do senso comum e dos autores clássicos da ciência política (Graeber, 2015).

Para debater a conjuntura de 2013 no Brasil – com foco no Rio de Janeiro – e as ações diretas promovidas nesse período, a obra de Wallace de Moraes (2018b) será central para resgatar fatos, contextos e ações que moldaram o acontecimento político mais importante das últimas décadas no Brasil.

Algumas ocupações aconteceram nesse período no Rio de Janeiro, como por exemplo, a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, entre 9 e 21 de agosto, e a Câmara dos Vereadores de Niterói entre 8 e 24 de agosto (Moraes, 2018b).

Em 2013, aconteceram também ocupações na frente da residência do Governador Sérgio Cabral (Ocupa Cabral)⁵, em frente ao terreno que foi instalado o campo de golfe (Ocupa Golfe)⁶ para as Olimpíadas de 2016 numa região de proteção ambiental na cidade do Rio de Janeiro.

Portanto, entendemos que as ações diretas realizadas nas ocupações escolares em 2015, em São Paulo e em 2016, no Rio de Janeiro, não podem ser apresentadas como novidades, pois fazem parte de um histórico de lutas e táticas que vão além da intermediação da política institucional e precisam ser historicizadas para que não sejam esquecidas. Tais ocupações estudantis influenciaram tanto a expansão do movimento para outras escolas secundaristas em distintas unidades da federação nos meses e ano seguinte, quanto ações em universidades e movimentos sociais em geral.

Nas palavras de Moraes,

(...) podemos elencar as ocupações de escolas e universidades em 2015 e 2016 como parte de um movimento de contestação das estruturas existentes na sociedade, que teve muita influência de 2013. No IFCS⁷, por exemplo, os estudantes conseguiram um feito histórico ao ocuparem o prédio e exigirem o restaurante universitário. Depois de muita ação direta e negociação, a luta foi vitoriosa e, até a publicação desse livro, o “bandejão” estava em pleno funcionamento, possibilitando a centenas de estudantes um alimento que lhes permitiria cumprir mais horas de estudo e convivência na Universidade (Moraes, 2018b: 328).

Afirmamos que todos os exemplos ao longo da história que enquadrados como ações diretas, tanto conceitualmente quanto na prática, buscaram ressignificar o espaço no qual reivindicaram suas pautas. Seja nas fábricas, nas praças públicas, em prédios, na zona rural, em universidades ou escolas.

As ocupações escolares também são exemplos da ação direta sem intermediários com protagonismo de jovens de periferia ou de baixa renda que reinventaram o espaço escolar, um local historicamente hierárquico, cuja burocracia do Estado afasta estudantes

⁵ Disponível em: <https://theintercept.com/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/> Acesso em Agosto de 2019.

⁶ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/sem-dialogar-prefeito-do-rio-prefere-expulsar-dos-ativistas-do-ocupa-golfe/> Acesso em Agosto de 2019.

⁷ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, localizado na área central da cidade do Rio de Janeiro e congrega os cursos de Ciências Sociais, Filosofia e História.

e docentes da participação de processos decisórios. Consideramos que nesse fenômeno histórico houve uma quebra nas estruturas formais com o predomínio de outra lógica organizativa política e social implementada pela juventude durante alguns meses.

Em resumo, os estudantes se mobilizaram, propagaram suas ações, pautas e atividades políticas através de novas tecnologias e redes sociais. Contudo, essas mobilizações – incluindo as ações estudantis em 2015 e 2016 que Castells descreve em sua obra - são exemplos de novas formas de mobilização dos movimentos sociais que não ficaram apenas nas redes. Elas aconteceram nas praças públicas, nas ações contra os poderes constituídos e na construção de formas de fazer política que transcenderam a política institucional, dentre outros fatores. Logo, a noção prática e teórica de ação direta dialoga com esses eventos históricos recentes.

No Paraguai, em 2017, manifestantes invadiram e atearam fogo no Congresso do país após senadores e partidários do presidente Horacio Cartes aprovarem, à portas fechadas, a reeleição presidencial. Podemos notar a prática de ação direta se sobrepondo aos modelos indiretos de eleição e representação política.

Em outubro de 2019, a partir de medidas tomadas pelo presidente Lenin Moreno que tinha a intenção de aplicar um ajuste fiscal rigoroso, baseando-se no decreto 883 que tinha como cargo chefe o encarecimento do preço dos combustíveis – uma alta de 123% no preço na gasolina e diesel⁸ – o povo se insurgiu nas principais cidades do país.

Foram 11 dias de revoltas, trancamentos das principais vias de acesso aos centros urbanos, greve geral e o povo nas ruas. Até a mudança de sede da capital pra outra cidade os governantes tiveram que fazer por conta da rebelião popular. E vale ressaltar que acompanhando os acontecimentos percebemos que a presença de indígenas nos protestos foi fundamental em todo o processo.

Por conta do protagonismo da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), tiveram marchas com milhares de indígenas saindo do interior em direção a capital para participar das manifestações. De forma descentralizada, indígenas nas linhas de frente, sem uma liderança específica e que faz parte do espectro da esquerda institucional, mas com organização popular e pautas bem definidas contra as medidas do Estado, os equatorianos conseguiram após muita resistência fazer com

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/10/equador-inicia-dialogo-com-indigenas-buscando-encerrar-protestos.shtml?fbclid=IwAR3CSCgUk9o56-mnjqcNvcfKYiX6EZWmfn8UjVGEsabcFJHgyNRtVhMwUXw>

que o governo recuasse e voltasse atrás no decreto 883⁹.

A onda de protestos iniciada contra o aumento dos preços dos combustíveis obrigou o governo a mudar a sede governamental da cidade de Quito para **Guayaquil**. Após protestos e ações diretas nas proximidades do Palácio de Carondelet, até então sede do governo, a atuação dos povos indígenas e da população de forma geral ampliou o leque de reivindicações e questionou a própria legitimidade do governo.

No próximo ponto do artigo abordaremos o conceito de teoria das ruas que embasa e dá forma a toda ideia que buscamos apresentar ao longo do texto, e condiz de forma direta e simplificada o que esses fenômenos históricos têm a nos dizer enquanto prática política.

Por uma Teoria das Ruas

Nossa intenção nessa parte do artigo é estabelecer uma relação entre os conceitos já mencionados com a literatura anarquista e os acontecimentos históricos traçados.

Buscamos ampliar a análise que Moraes (2018b) desenvolve em seu livro sobre as revoltas que ocorreram no ano de 2013 e 2014 no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, que é o conceito de teoria das ruas.

Tanto os protagonistas destes eventos que se autointitularam anarquistas quanto os indivíduos ou grupos que se inspiraram nas suas ideias e conceitos, mas que não tenham materializado objetivamente nenhuma relação com o pensamento libertário, certamente valeram-se de seu *modus operandi* autogestionado e anti-estadolátrico, pautado na ação direta como instrumento de reivindicação política e social.

Segundo o autor,

Uma teoria das ruas deve estar comprometida com os sinais emitidos por elas, problematizando-os, tentando decifrá-los. Diferente de outras perspectivas que almejam tutelar os governados, dizendo-lhes o que deveriam ter feito ou devem fazer; nós queremos entender seus sinais, que também são os nossos, pois somos parte desse povo. A primeira perspectiva parte de um plano pré-estabelecido; a nossa, ao contrário, deve aprender junto e construir coletivamente o novo mundo (Moraes, 2018b: 99)

É fundamental buscar entender que a realidade das conquistas de direitos ao

⁹ Segundo alguns dados desconhecidos foram 7 mortes, 1340 pessoas feridas e cerca de 1150 prisões durante os 11 dias de protestos no país. Ver em: <https://exame.abril.com.br/mundo/equador-cancela-pacote-de-austeridade-e-liderancas-encerram-protestos/>

longo da história da humanidade são frutos de mobilizações construídas de maneira coletiva, nas quais vários fatores e agentes participaram e ainda participam.

Nesse sentido, Moraes reforça que

(...) o método anarquista baseia-se na ideia de que ação direta dos governados constitui-se enquanto motor da história, isto é, é o movimento popular autônomo tomando as ruas, fazendo greves, organizando-se coletivamente, autogerindo-se, que pode fazer mudanças substantivas para melhoria da qualidade de vida, como um verdadeiro processo de auto-instituição¹⁰ (Moraes, 2018b: 98-99).

A lente que tentamos estabelecer como paradigma teórico e político se constrói a partir de uma dialética de que teoria e prática não se separam, mas se complementam. Quando fazemos alusão aos diversos acontecimentos políticos citados no ponto anterior do trabalho, entendemos que todos eles se encaixam diretamente com o que Moraes (2018b) defende como uma teoria das ruas, sempre relacionando com conceitos e uma epistemologia de cunho político libertário.

Vejamus a relação que a teoria das ruas possui com as outras teorias estodolátricas, nas palavras de Moraes (2019):

Diferente de teorias estadolátricas, como a liberal, a marxista, a social-democrata e a fascista, a perspectiva anarquista pressupõe a derrubada do Estado, das hierarquias, dos preconceitos e das governanças sociais e institucionais. A filosofia anarquista buscar uma revolução social não por uma vã vaidade, mas como única forma de garantir o autogoverno popular. Ao mesmo tempo, essa construção deve ser realizada de forma horizontal, sem imposição vertical dos donos das propriedades privadas ou pela vanguarda revolucionária, únicos possuidores do saber, da verdade e da razão, como rezam as cartilhas marxistas, leninistas, liberais e fascistas. Podem acusar os anarquistas de tudo, menos de tentar usurpar o poder popular. Aliás, quem tem que explicar a subordinação popular são aqueles que defendem a legitimidade do Estado, seja ele qual for, pois sua simples existência significa a materialização da usurpação dos que serão por ele geridos, controlados, massacrados, vigiados, aprisionados, torturados, perseguidos, em uma palavra, governados (Moraes, 2019).

Portanto, romper a dicotomia Ordem/Desordem, aplicar e entender na teoria e na prática política as noções de ação direta e autogestão têm relações diretas com os

¹⁰ O conceito de auto-instituição, criado por Castoriadis, “deve ser compreendido a partir do fato de que os homens não necessariamente precisam ter compromissos com as instituições existentes, com o Estado, com o capitalismo, com a escravidão, com o racismo. Por consequência, partimos do princípio de que a sociedade deve ter a liberdade de se auto-instituir; a história deve ser tratada como auto-instituição da comunidade que pode definir suas regras, sem que exista camisa de força que a prenda a determinadas leis/instituições criadas por outros, de maneira autoritária” (Moraes, 2018b: 94-95).

princípios anarquistas e de uma teoria que se propõe ser das ruas e não “para as ruas”.

Defender a teoria das ruas é importante no sentido de fortalecer que o desenvolvimento de uma teoria e prática política do campo libertário necessita ter a sensibilidade de entender o que as ruas e as mobilizações populares nos dizem e, se possível, construir postulados teóricos que condizem diretamente com os fatos, amplamente conectados com as lutas dos governados.

Conclusão

Nossa tese sobre experiencarmos um mundo em chamas poderá, em breve, ser corroborada se incorporarmos alguns eventos recentes que ainda se encontram em curso e demandam um tempo mínimo para uma conclusão analítica definitiva em termos de tamanho, motivações e consequências desses atos de forma geral.

No presente momento em que o trabalho foi redigido, verdadeiras rebeliões populares em diversos lugares podem ser observadas. Poderíamos ter incluído a onda de manifestações e o largo repertório de ações diretas por parte dos manifestantes denominados “Coletes Amarelos” na França, em 2018 e 2019, que pôs o governo do presidente Emmanuel Macron em sérias dificuldades, porém, ainda é cedo para analisarmos quais os resultados destas ações.

Na mesma lógica, encontram-se as rebeliões que ocorrem concomitantemente ao levante francês no Haiti¹¹, Chile¹², Catalunha¹³, Colômbia¹⁴ e Líbano¹⁵. Cada um com suas particularidades e dinâmicas de luta, mas com semelhanças interessantes como a ausência de um partido político ou líderes políticos profissionais se destacando, multidões nas ruas com pautas contra abusos de governos locais e acima de tudo, com enfretamento da ordem e ocupação dos espaços públicos pelo povo. Cada ação em sua individualidade, prática seus próprios repertórios de ações diretas contra as forças estadolátricas que vão mostrando-se cada vez mais falidas em termos representativo e

¹¹ <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/61015/haiti-vive-uma-situacao-pre-revolucionaria-e-esta-a-beira-de-uma-insurreicao-popular?fbclid=IwAR3DEfxCINAL5H6NhbdiIYZabfyXQmfaUZP5N2zKg3KfNIv-X57OX96FyAc>

¹² <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.ghtml>

¹³ <https://lasoli.cnt.cat/2018/05/25/catalunya-y-las-anarquistas/?fbclid=IwAR2p2ks94GPcTuyXP4slbEQ4H4jeluoJS1zyUwL2gAxgd6qtqbx9ITOIxhs>

¹⁴ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/10/10/milhares-de-estudantes-vaio-as-ruas-da-colombia-protestar-contra-o-governo.htm>

¹⁵ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/18/protestos-sem-precedentes-reunem-dezenas-de-milhares-e-ameacam-governo-no-libano.ghtml>

sustentam-se no poder através de suas forças armadas e militares não democráticas.

Ao concluir o artigo, reforçamos que entendemos o exemplo contemporâneo das revoltas populares em diversos momentos e locais citados como dialógicos aos exemplos históricos mencionados e, principalmente, com a ideia de teoria das ruas. O povo se organizando a partir de suas demandas, busca avançar com suas pautas sem amos, chefes ou poder centralizado. Fazendo história, além de estar escrevendo mais um capítulo de conquistas e avanços contra o Estado e as instituições capitalistas.

Bibliografia

BAKUNIN, Mikhail (2008). O princípio do Estado e outros ensaios (org. e trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Hedra.

CASTELLS, Manuel (2017). Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.

CORRÊA, Erick; MHEREB, Maria Teresa (Org.) (2018). 68: como incendiar um país. São Paulo: Veneta (Coleção Baderna).

GALLO, Silvio (2007). Pedagogia libertária: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

GRAEBER, David (2015). Um projeto de democracia. São Paulo: Paz e Terra.

GRAEBER, David (s/d). O Anarquismo no século 21 e outros ensaios. Adaptado do e-book editado por Rizoma Editorial.

HILSENBECK FILHO, Alexander; SPINELLI, Lucas Gebara (2012). Zapatismo: pedagogia da autonomia e prática da liberdade. In: RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. São Paulo (orgs.). Movimentos Sociais, Trabalho Associado e Educação para além do Capital. São Paulo: Outras Expressões.

KROPOTKIN, Piotr (2005). Palavras de um Revoltado. São Paulo: Editora Imaginário.

LENOIR, Hugues (2017). Autogestão pedagógica e educação popular: a contribuição dos anarquistas. São Paulo: Intermezzo Editorial.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre (2001). Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia. São Paulo: Editora Imaginário.

MINTZ, Frank (2006). O anarquismo social. São Paulo: Imaginário.

MORAES, Wallace de (2018a). Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Editora Prismas.

MORAES, Wallace de (2018b). 2013 – Revolta dos Governados: ou, para quem esteve presente, revolta do vinagre. Rio de Janeiro: WSM Edições.

_____ (2019) Você precisa ser governado? Uma crítica anarquista, quilombista e indigenista das bases centrais do colonialismo. Rio de Janeiro. WSM edições. No prelo.

ÖCALAN, Abdullah (2016). Confederalismo Democrático. Rio de Janeiro: Rizoma.

PESCHANSKI, João Alexandre (2012). Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, David (Org.). Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

RODRIGUES, Glauco Bruce (2004). Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a guerra civil espanhola (1936 – 1939). In: CIDADES, Revista Científica/Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 1, n. 1, 2004. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos – v.9, n. 15.

SILVA, Peterson Roberto da (2018). O Anarquismo e a Legitimidade: tensões pós-modernas. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

VASSILEV, Pano (2008). A ideia dos soviets. São Paulo: Editora Imaginário.